

# OPERAÇÃO MASSACRE: JORNALISMO, FICÇÃO E HISTÓRIA

CLÍMACO, Adriana Ortega. (UFRJ, IFSP)

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a obra *Operação massacre*, de Rodolfo Walsh (1927-1977), escritor argentino.

Utiliza-se a edição em português (2010) da obra que foi publicada originalmente em 1957, na Argentina, e que possui várias reedições. Embora possa a obra receber várias classificações genéricas, tais como jornalismo literário, aqui se considera a mesma como romance.

O artigo divide-se em três partes. Na primeira parte, trata-se do tema de *Operação massacre*, eventos ocorridos em 1956, na Argentina, no contexto da tentativa de golpe peronista contra a chamada Revolução Libertadora. A segunda discorre sobre a construção que Rodolfo Walsh faz de si mesmo, em seu texto, como um herói revolucionário. Já na terceira parte, apresenta-se a discussão sobre jornalismo, ficção e história, presentes no romance de Walsh.

## I. TEMA DE OPERAÇÃO MASSACRE

Publicado em 1957, *Operação massacre* narra a história do fuzilamento de doze homens, na noite de 9 de junho de 1956, em consequência da repressão efetuada pela chamada Revolução Libertadora a uma tentativa de contragolpe peronista.

A publicação original foi feita na revista *Mayoría*, de maio a julho de 1957, e, depois, em livro no mesmo ano. A história de suas edições, por si só, renderia uma reflexão, pois Walsh organizou três versões em vida (1957, 1964 e 1972), acrescentando prólogos, epílogos e notas de atualização.

Além do prólogo e do epílogo (dos vários prólogos e epílogos), a obra possui três partes: as pessoas, os fatos e a prova. A organização das partes sugere o teor investigativo da narração que se propõe a relacioná-las, para fornecer informações sobre o ocorrido na noite do fuzilamento. Como investigador, o personagem de Walsh parte em busca dos fatos. A partir de um fato que aconteceu, cuja ocorrência é negada, Walsh sai em busca de repostas para relatar o que houve, quem foram os envolvidos, porque essa história é negada, ou contada de maneira distinta do que realmente ocorreu.

Na primeira parte, são apresentadas as personagens, vítimas nessa história real de fuzilamento. Cada capítulo destina-se a uma pessoa. Apresentam-se os antecedentes, o que os levou a estar na sala da casa de Torres e a serem tomados por conspiradores contra a Revolução Libertadora.

A segunda parte destina-se a relatar a chegada da polícia à casa de Torres, a prisão dos suspeitos, a tentativa de golpe peronista que acontece longe dali, o fuzilamento e como alguns sobreviveram.

Por fim, na última parte, tem-se o detalhamento da investigação da ilegalidade do fuzilamento comprovado pelo horário da divulgação da vigência da lei marcial no rádio. Como o fuzilamento deu-se antes que vigorasse tal lei, conclui o narrador investigador que, embora a justiça tenha considerado legal o ocorrido, fica provada sua ilegalidade.

O contexto histórico em que tais fatos se dão é conturbado. Um ano antes, em junho de 1955, militares tentaram tomar a presidência das mãos de Juan Domingo Perón. Nesta tentativa de golpe, bombardearam violentamente a Praça de Maio, matando e ferindo centenas de pessoas. Perón consegue ainda resistir, tenta salvar seu governo, mas meses depois, em setembro, renuncia partindo para o exílio. Tem-se início, assim, o período da chamada Revolução Libertadora. Sobre os bombardeios, o historiador Felipe Pigna afirma:

Se había perpetrado el peor ataque terrorista de la historia argentina. Sus autores eran “respetables” militares y civiles que se frotaban las manos imaginándose el triunfo de un golpe militar que devolvería a la “negrada”, a los “cabecitas”, a los lugares de los que nunca debieron haber salido. Entre los autores intelectuales de aquel horror, había varios civiles, unidos no precisamente por el amor sino por el espanto que estaban dispuestos a provocar (2009, p. 333 – grifo do autor).

Devido a seu programa de governo voltado sobretudo para os trabalhadores, com forte apelo popular, intensa participação dos sindicatos, programa este que gerou um partido – Justicialista – e um símbolo encarnado na primeira-dama, Eva Perón, Evita, a oposição cresceu. Além do clima de instabilidade após a morte de Evita e do declínio econômico, Perón entra em choque com setores conservadores da sociedade argentina: a Igreja e os militares, que defendiam o retorno à ordem anterior ao peronismo:

Por aquellos días la Iglesia argentina, que ostentaba el dudoso récord de ser una de las más reaccionarias del mundo, optaba sin culpas por los ricos y poderosos y militaba fervorosamente – más allá de honrosas excepciones personales – por el mantenimiento o, en el caso de la Argentina anterior a septiembre de 1955, por el retorno del orden establecido del privilegio y la exclusión y contra todo cambio tendiente a la justicia social. Ésa fue la Iglesia que se constituiría, con todo lo que ello implicaba, en el más lúcido, consecuente y consciente punto de referencia del frente opositor a Perón (PIGNA, 2009, p. 318).

Militares e Igreja, aliados, engendram a conspiração que foi batizada por seus organizadores como “Revolução Libertadora” (PIGNA, 2009, p. 355). Em 16 de setembro de 1956, o general Eduardo Lonardi, utilizando a senha “Dios es justo”, toma a Escola de Infantaria de Córdoba. As forças leais a Perón resistem por cinco dias, mas os revoltosos bombardearam depósitos de petróleo de Mar del Plata e ameaçaram bombardear as refinarias de La Plata e a cidade de Buenos Aires se

Perón não renunciasse (PIGNA, 2009, p. 357). Como já dito, anteriormente, Perón renuncia.

O general Eduardo Lonardi e o contra-almirante Isaac Rojas, líderes do movimento, perdem o controle da situação. Começa um período de caça às bruxas. Dirigentes peronistas são presos ou fogem para o estrangeiro (SANTAYANA, 1976, p. 90). Lonardi tenta conter a repressão, sem sucesso, e também cai. O general Aramburu assume a presidência. Perón é condenado à execução pública:

Fecham-se todas as instituições peronistas, e tanto o Partido, como a Fundação Eva Perón têm seus bens liquidados. Os asilos para velhos e crianças, fundados por Eva, conhecem *tempos de austeridade*. O governo Aramburu considera exagerada a atenção às crianças, e seus interventores esmeram-se na restauração da *moralidade*. Meninos e meninas, velhos e velhas, são submetidos à fome.

Os bustos de Eva e Perón são destruídos em todo o país, e queimados seus retratos. É proibido mencionar até mesmo seus nomes. A euforia da classe média, vitoriosa, e da oligarquia, é histérica. O governo, não satisfeito em destruir a imagem de Eva e de Perón, decide *sumir* com o cadáver da esposa do general, que, para milhões de argentinos, é santa. Esta providência, aprovada por Aramburu, custar-lhe-á a vida, muitos anos depois, e será a chave de toda a violência contemporânea na Argentina (SANTAYANA, 1976, p. 91 – grifo do autor).

Descrevendo em linhas gerais o governo de Aramburu, observa-se que, neste, a convivência pacífica com os sindicatos tem pouca duração. O governo intervém em vários deles. As políticas salarial e trabalhista regridem. Os velhos peronistas passam a conspirar com oficiais do Exército, afastados das fileiras pelos vencedores de 1955. O governo prepara-se para a conspiração, a intento-na revolucionária liderada pelo general Juan José Valle, que ocorre em junho de 1956. Os rebeldes foram derrotados em poucas horas. O general Tanco, um dos revoltosos, foge para o exterior. Alguns rebeldes, dentre eles Valle, são sumariamente fuzilados. Sobre isto, diz Santayana:

A matança tem funda repercussão em todas as camadas sociais do país. Havia mais de cem anos que ninguém era executado em consequência de seus atos políticos, e mesmo Perón não se atrevera a fazê-lo. Valle é o último a ser executado – e de todas as áreas surgem apelos para que Aramburu o perdoe. A todos os apelos o presidente mostra-se indiferente (1976, p. 93).

O relato feito por Walsh em *Operação massacre* aborda a fatídica noite da tentativa de golpe efetuada por Valle, a ação repressora da Revolução Libertadora e o discurso acerca dos fatos.

## 2. CONSTRUÇÃO DE SI: WALSH, O HERÓI REVOLUCIONÁRIO

Verifica-se no romance a construção que Rodolfo Walsh faz de si mesmo como narrador, repórter investigador, uma personagem revolucionária heróica que busca a “verdade” dos fatos para provar o que realmente aconteceu naquela noite de 9 de junho de 1956. A partir dos novos textos que acrescenta à edição de 1957, percebe-se a mudança de perspectiva com relação aos fatos narrados, pois os textos revelam-se claramente marcados pela transformação ocorrida no autor. É possível então afirmar que se tratam de dois Walsh diferentes: o de 1957 e o de 1964-1972.

O relato inicia com o prólogo da segunda edição (1964), no qual Walsh narrador diz que sou-

be do fuzilamento clandestino quando estava num café de *La Plata*, jogando xadrez, mesmo local em que estava, seis meses antes, na ocasião da tentativa fracassada de revolução liderada por Valle, também jogando xadrez. Na noite da ação de Valle, ao ouvir o tiroteio, Walsh, juntamente com os que estavam no café, sai para ver o que ocorria. Percebe um cenário de guerra nas ruas. Leva horas para chegar a sua casa. Lembra-se de que pensou, ao ouvir o locutor anunciar na rádio o banho de sangue no qual se havia mergulhado o país, “Valle não me interessa. Perón não me interessa, a revolução não me interessa. Posso voltar ao xadrez?” (2010, p. 14).

Sua pergunta – posso *voltar ao xadrez?* – é o primeiro indício de sua aparente indiferença quanto ao peronismo. Considerando-se que se afirma como contrário a Perón e apoiador da Revolução Libertadora, Walsh não é naquele momento indiferente como disse ser (2010, p. 236).

Ao xadrez daquela noite de junho de 1956 pode retornar. Não só ao xadrez, mas

à literatura fantástica que leio, aos contos policiais que escrevo, ao romance “sério” que planejo para dentro de alguns anos e a outras coisas que faço para ganhar a vida e as quais chamo de jornalismo, embora não sejam jornalismo (WALSH, 2010, p. 14 – grifo do autor).

Entretanto, ao ouvir, seis meses depois, a informação de que naquela noite houve um fuzilamento ilegal do qual há ao menos um sobrevivente, e ao sentir-se atraído por aquela história, o xadrez, a literatura, a escrita e o pseudojornalismo são deixados de lado. O narrador apresenta este fato como o que interrompe sua rotina: a informação que ouve mais do que a violência que esteve diante de seus olhos: “a violência salpicou-me as paredes, há buracos de bala nas janelas, vi um carro metralhado e dentro dele um homem com os miolos à vista, mas foi somente o acaso que pôs isso diante de meus olhos” (WALSH, 2010, p. 14).

Ao dizer que sua atividade profissional até então não era jornalismo, indica que descobriu e praticará o verdadeiro jornalismo ao investigar os fatos. Walsh faz deste evento um antes e depois em sua carreira e em sua vida.

Esta descrição que faz de si é distanciada da primeira edição do livro. Walsh, sete anos depois, retoma o início da narrativa indicando quem era naquele momento: antiperonista, membro de classe antagonica ao peronismo, partidário da Revolução Libertadora, embora no momento em que se força a tomar posição, torna-se contrário aos métodos de dita revolução que não seria de fato libertadora. Evidencia-se a construção de si mesmo, um início de tomada de posição, mas que ainda não é a definitiva.

O prólogo original, no sentido aqui de primeiro, o de 1957, apresenta o livro, comentando as reportagens que o originaram publicadas na revista *Mayoría*, de 27 de maio a 29 de julho de 1957, em nove matérias; e no periódico *Revolución Nacional*, de 15 de janeiro ao final de março de 1957 (WALSH, 2010, p. 205). O autor declara seus objetivos com esta publicação, motivados pela indignação com a covardia, o assassinato.

Tem-se então que o primeiro Walsh apresenta-se como ético, ou melhor, como portador de uma crítica ética. Manifesta sua opinião, não se exime de emití-la. Considera absurdo calar-se. Crê na incrível história de Livraga, o primeiro sobrevivente do qual tem notícia. Revela sua humanida-

de, pois o crime praticado contra Livraga ofende-o: “sinto-me insultado”; “o que mais me aflige é a ofensa que o homem traz no íntimo” (WALSH, 2010, p. 15, 18).

Não aceita renunciar a um sentimento elementar: a indignação (WALSH, 2010, p. 206). Por isso, como detetive, Walsh decide investigar os fatos: averigua e confirma informações (p. 55); reconstitui fatos, busca testemunhas e indícios (p. 61); explica como reconstituiu cenas (p. 68); busca decifrar enigmas (p. 94); preocupa-se constantemente em provar que o ocorrido tratou-se de um crime praticado pela Revolução Libertadora (p. 117); apresenta as provas fornecidas por Fernández Suáres (p. 150); com base na confissão de Suáres, relaciona provas definitivas (p. 153); busca respostas (p. 189); constrói seu relato à medida que apura os fatos.

Com isto, seria possível ler esta obra como pertencente ao gênero romance policial, visto que a construção do narrador, as marcas textuais (“suponhamos”, “voltemos a”, dentre outras), e o exposto acima comprovariam tal filiação. No entanto, determinar a que gênero filia-se este romance não é a preocupação principal deste trabalho.

No prólogo para a primeira edição em livro, 1957, Walsh declara que seu objetivo central era que o livro agisse, que ao chegar ao público fosse feita justiça, esperando encontrar aliados:

Escrevi este livro para que fosse publicado, para que *agisse*, não para que se incorporasse ao vasto número de elucubrações dos ideólogos. Investiguei e relatei estes fatos assombrosos para levá-los ao conhecimento do público da forma mais ampla possível, para que inspirem espanto, para que nunca mais tornem a se repetir. Todo aquele que me ajude a difundi-los e divulgá-los será para mim um aliado, a quem não questionarei por suas ideias políticas (2010, p. 205).

Na introdução, também da primeira edição, Walsh alega perseguir um objetivo social que nada mais é que o aniquilamento dos assassinos impunes (2010, p. 214), reafirmando sua crença no direito de divulgar a verdade, acreditando no livro, nos seus efeitos (p. 216). Ao manifestar que espera não ser criticado por acreditar num livro “quando é tão maior o número dos que acreditam nas metralhadoras” (p. 216), apresenta-se no estágio inicial de sua trajetória, pois passará a acreditar também na metralhadora já que se tornará, futuramente, militante do grupo revolucionário *Montoneros*.

Walsh constrói para si a imagem de homem de ação, não só por investigar, envolvendo-se nas consequências dos eventos, mas por criticar a apatia, valorizando a ação: “Valle agiu e, como era de esperar, pagou com a vida, o que é muito mais do que qualquer palavra” (2010, p. 71). Para ele, a alegação dos militares envolvidos no fuzilamento de que apenas cumpriam ordens, é uma desculpa inútil reveladora do comportamento passivo e da perda da humanidade (p. 134).

Em sua defesa da ação, considera mais importante a ousadia não importando a filiação política, por isso publica em colaboração com homens e publicações de direita porque eles ousam (2010, p. 205), pois as diferenças de caráter seriam as que realmente separariam os homens, não as partidárias (p. 206).

Walsh denuncia o silêncio voluntário de toda a “imprensa séria” e diz sentir vergonha (2010, p. 215). Esperou que seus pares reagissem, o que não aconteceu (p. 217). No entanto, cabe ressaltar que ele fazia parte desta intelectualidade que assumiu como libertadora a revolução que destituiu Perón do poder. Como os demais intelectuais, estava muito cômodo em sua posição, ignorando ou

fingindo ignorar o que acontecia no país. Somente quando a situação coloca-se diante de seus olhos de forma gritante é que resolve inteirar-se dos fatos. No epílogo provisório da primeira edição (1957), diz

Posso, sem remorso, repetir que fui partidário da revolta de setembro de 1955. Não apenas por motivos prementes de afeição familiar – que os havia –, como também porque abriguei a certeza de que acabava de ser derrubado um sistema que espoliava as liberdades civis, que negava o direito de expressão, que estimulava a subserviência, por um lado, e o abuso, por outro. E não tenho memória curta: o que eu pensava então, equivocadamente ou não, continuo a pensar (2010, p. 236).

Até então se discorreu, neste artigo, acerca daquele que se chamou o primeiro Walsh. Passa-se, agora, a refletir sobre o que seria o segundo momento de Walsh (1964/1969), perceptível a partir das alterações que fez a seu texto original com o passar dos anos.

A partir de *Operação Massacre*, Walsh começa a se radicalizar politicamente “até entrar, em 1973, para a organização Montoneros, depois de deixar as Forças Armadas Peronistas nas quais ingressara provavelmente em algum momento de 1971.” (BRIZUELA, 2010, p. 266).

O segundo Walsh manifesta em sua crítica a consciência de classe fazendo um retrato da oligarquia dominante na Argentina. Já no texto de 1957, ao comentar o manifesto de Valle, havia exposto a sociedade argentina. Ao texto da terceira edição, acrescenta, em 1972, após o epílogo um capítulo que intitula-se “Aramburu e o julgamento histórico” no qual comenta o sequestro e execução do ex-presidente Aramburu pelo comando montonero Valle. Neste capítulo final, Walsh apresenta, de forma objetiva, a sociedade argentina como resultante do processo desenvolvido no governo de Aramburu e que havia sido denunciado no manifesto de Valle: Aramburu foi “executor de uma política de classe cujo fundamento – a exploração – é em si desumano, e cujos episódios de crueldade derivam desse fundamento” (2010, p. 196). Tal política, baseada na violência, descobriu “a verdadeira sociedade argentina, fatalmente cindida” e instalou no país “outra violência menos espetacular e mais perniciosas... Seu governo [de Aramburu] conforma a segunda década infame” (p. 197). A partir da política de Aramburu, aparecem os que irão reatar os laços da dependência que haviam sido rompido durante o governo de Perón:

Quinze anos depois, será possível fazer o balanço dessa política: um país dependente e estagnado, uma classe operária sufocada, uma rebeldia que explode por toda a parte. Essa rebeldia alcança finalmente Aramburu, confronta-o com seus atos, paralisa a mão que assinava empréstimos, proscricções e fuzilamentos (WALSH, 2010, p. 197).

Com este relato, o autor dá um sentido aos eventos narrados, numa relação de causa e consequência que ultrapassa a ficção.

No epílogo da segunda edição (1964), Walsh apresenta outro elemento que constitui a postura heróica que pretende construir. Trata-se do comportamento honrado que o herói deve possuir, distinto do comportamento do inimigo. Relata que pretendia que Fernández Suárez, o mandante do fuzilamento, fosse julgado e punido. E que quando percebeu que isto não aconteceria, tentou castigá-lo com suas próprias mãos, perseguindo-o com a mesma insistência talvez com que ele perseguiu, torturou e matou. Apresenta-se como arrependido por este comportamento que o assemelhou a Suárez: “Na medida em que essa tentativa me tornou parecido com ele, peço novamente que

me desculpem. Que me importa Fernández Suárez, a esta altura” (WALSH, 2010, p. 243). Revela-se como um herói que perdeu as ilusões, após apontar a clandestinidade da ação de fuzilamento (p. 159), provando que se tratava de um crime cuja prova crucial é o horário da prisão anterior ao de promulgação da lei marcial (pp. 183, 190). Perde também a ilusão do jornalismo que fazia antes: “É compreensível, em todo caso, que eu tenha perdido algumas ilusões, a ilusão da justiça, da reparação, da democracia, de todas essas palavras, e, finalmente, daquilo que uma vez foi meu ofício e já não é” (p. 243).

Walsh complementa a visão que tem da oligarquia ao descrevê-la no trecho final do epílogo da terceira edição (1969), que recebeu o título de *Retrato da oligarquia dominante*. Neste retrato, passados treze anos do ocorrido, manifesta que agora é possível aprimorar a análise da oligarquia dominante, revelando a luta de classes que ocorre no interior da sociedade argentina, sendo a violência e a tortura episódios característicos dessa oligarquia dominante, diante dos argentinos, mas dominada diante do estrangeiro, “temperamentalmente inclinada ao assassinato” (2010, p. 245).

Verifica-se, portanto, a construção que Walsh faz de si mesmo como um herói revolucionário. No dizer de Osvaldo Bayer (1972), “Rodolfo Walsh no existe. Es sólo un personaje de la literatura argentina. Apenas un detective de una novela policial para pobres. Que no va a morir nunca”.

### 3. JORNALISMO, FICÇÃO E HISTÓRIA

Em sua narrativa ficcional, Walsh apresenta eventos que ouviu falar e outros dos quais participou. Sua abordagem inicial era jornalística, própria da sua prática profissional e do meio no qual foram publicados seus textos sobre o assunto do fuzilamento clandestino e os acontecimentos subsequentes. No entanto, a fronteira entre jornalismo e literatura já se apresentava fluida, móvel, pois elementos ficcionais começavam a fazer parte da narração de suas reportagens. Pode-se considerar Walsh um precursor do chamado *new journalism*, gênero desenvolvido alguns anos depois, nos Estados Unidos, por Truman Capote, Tom Wolfe e outros.

O “novo jornalismo”, segundo Wolfe (1998), apresenta quatro recursos que compõem a nova forma de tratamento da informação. O primeiro é a construção cena a cena; assim os jornalistas seriam testemunhas das cenas da vida das outras pessoas no momento em que ocorriam. O segundo é o registro do diálogo de forma realista e completa, para envolver o leitor. O terceiro recurso diz respeito à adoção do ponto de vista da terceira pessoa; desta forma, o leitor perceberia os movimentos da história seguindo a perspectiva da personagem. Por fim, o quarto recurso refere-se à descrição minuciosa do que compõe a cena, da caracterização do ambiente ao comportamento das personagens, acrescentando o fluxo de consciência, o pensamento das personagens.

Verifica-se que, em *Operação massacre*, estes recursos estão presentes. O texto da reportagem jornalística flerta com a ficção. A partir do momento em que Walsh decide transformar suas reportagens em literatura, publicando-as em livro, faz seu relato entrar formalmente no universo ficcional. Isto é verificável no prólogo da segunda edição que começa a apresentar a construção de seu próprio personagem.

No que se refere à História, é importante destacar que *Operação massacre* segue a tendência de vários romances hispano-americanos de abordar, tematizar, ficcionalizar eventos históricos. Há

obras que optam pela abordagem tradicional dos eventos históricos e outras que os subvertem. Não se trata do estabelecimento da “verdade” pois esta não é uma preocupação da ficção, mas sim do fornecimento de outras possibilidades, outras versões para os eventos que podem ter uma interpretação tornada “oficial” pela tradição histórica.

O tema de Walsh são eventos históricos dos quais é contemporâneo. A abordagem de tais eventos poderia ser feita apenas como matéria informativa. No entanto, o narrador analisa os fatos, encadeando-os em relação de causa e consequência, de mudança e permanência, semelhante à análise de um historiador.

Verifica-se que em sua relação com a História, Walsh trabalha com o que se chama hoje de História do Tempo Presente, um campo de estudo ressurgido nas duas últimas décadas. Tal campo de estudo, realizado na Antiguidade, havia sido relegado, no século XIX, ao abandono, por se considerar que, para se fazer História, a única visão privilegiada seria a retrospectiva. Nesta, concebia-se a objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente, ou seja, o evento pertencia ao campo histórico, mas só seria elemento do conhecimento histórico erudito após passarem-se vários anos para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados (FERREIRA, 2000, p. 113). A História tinha como objetivo a descrição por meio de documentos. Com o passar do tempo esta visão começa a sofrer crítica, ao se considerar que o recuo no tempo não garantiria a objetividade da História, pois todo historiador é tributário da sua época (FERREIRA, 2000, p. 115).

A Escola dos *Annales*, apesar de responsável por profundas mudanças no fazer histórico, no século XX, também não trouxe alterações da postura anterior no que se refere ao período de interesse e as fontes. A legitimidade da abordagem do século XX pela História foi constantemente questionada (FERREIRA, 2000, p. 117). Considerava-se que a falta de documentos e a consequente valorização do testemunho, para o trabalho com a História Contemporânea, traria o risco de cair no puro relato jornalístico. No entanto, como aponta Marieta Ferreira, Jacques Le Goff afirmou que a conquista da História Contemporânea pela História Nova era tarefa urgente (2000, p. 117).

A década de 90 traz transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica:

Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo (FERREIRA, 2000, p. 118).

As novas abordagens favoreceram a aceitação do valor dos testemunhos diretos. A chamada História Oral passa a utilizar-se de entrevistas, testemunhos como fontes para o estudo do tempo presente.

Pode-se dizer que o tempo presente constitui o contemporâneo imediato, instantâneo. Assim, Walsh relata o seu tempo presente, em 1956. Debruça-se sobre ele, várias vezes, retomando-o, analisando-o novamente, observando o passado a partir do presente e vice-versa, relacionando-os, construindo uma versão histórica. A maneira pela qual chega aos fatos é a entrevista oral. Neste ponto, coincide com a atividade jornalística. Walsh considera o testemunho oral acima dos documentos oficiais que são inexistentes ou forjados.

Seria possível, portanto, considerar Walsh como um dos precursores do estudo do tempo presente e vê-lo também como utilizador das técnicas da micro-história, desenvolvida na historiografia italiana, nos anos 1970, com historiadores como Carlo Ginzburg cujo enfoque partia da análise do episódio e do detalhe significativo com vistas a reconstruir um contexto de natureza histórico-cultural inacessível de outra forma. Em *O queijo e os vermes* (1987), Ginzburg valoriza o indiciário, o conjectural, na tentativa de decifrar uma realidade. Parte da vida de um moleiro, Menocchio, para revelar estrutura e cultura da sociedade italiana da época. A micro-história enfoca a parte e permite a percepção de aspectos ocultos, escondidos, não abordados, do geral.

Considera-se, neste trabalho, que Walsh utiliza técnicas que posteriormente serão domínios da micro-história e da História Oral, observando e descrevendo a situação que aqueles homens injustamente acusados e fuzilados viveram, para desvelar um contexto mais amplo na sociedade argentina, de violência, manipulação dos fatos, corrupção e implementação de uma política externa que atenderia aos interesses das grandes potências mundiais em detrimento do desenvolvimento argentino.

Uma das teses de Walsh é a constatação do vigor da antinomia civilização / barbárie, apontada no século XIX por Sarmiento, em *Facundo*, na sociedade argentina, sendo a tortura psicológica sofrida por um dos sobreviventes, Giunta, um “capítulo à parte na história de nossa barbárie” (WALSH, 2010, p. 123). Sua versão da História, portanto, não enfoca a civilização, mas sim a barbárie viva, presente no país.

Walsh lança mão de documentos que permitem a análise do tempo presente: a programação de rádio, os jornais e o manifesto dos generais Valle e Tanco.

Na análise da programação de rádio, encontrará a prova definitiva que busca: o horário em que é decretada a Lei Marcial.

As matérias jornalísticas são analisadas no que chamou *Apêndice obrigatório* (da primeira edição), cujo título é “A mentira como profissão”. Diz que esperou que “aqueles que têm o dever de reagir contra essa miséria o fizessem” (WALSH, 2010, p. 217). Walsh critica a coletiva de imprensa na qual nenhum jornalista fez uma pergunta sequer a Fernández Suárez e da qual saem para publicar o que ouviram sem questionar. Cita em “ordem crescente de estupidez” (p. 220) os jornais: *La Razón*, *La Nación*, *El Plata*, *El Argentino* e *El Día*. Apresenta a falsidade de suas afirmações, apresentando a crítica à construção de um discurso oficial, uniforme. E revela as fontes que utilizou, as testemunhas e as declarações, em ordem de importância, que, se seguidas, permitiriam reconstituir a investigação que realizou (p. 222). Não satisfeito, realiza ele mesmo uma breve história de seu trabalho investigativo (pp. 223-235).

Walsh analisa e comenta a proclamação assinada pelos generais Valle e Tanco. Em tal manifesto, segundo ele, a rebelião que propunham fundamentava-se numa descrição exata do estado de coisas:

O país, afirmava, “vive uma tirania impiedosa e cruel”; persegue-se, prende-se, confina-se; exclui-se da vida cívica “a força majoritária”; incorre-se na monstruosidade totalitária do decreto 4161 (que proibia a simples menção do nome de Perón); revoga-se a Constituição para suprimir o artigo 40, que impedia a “entrega dos serviços públicos e das riquezas naturais ao capitalismo internacional”; pretende-se submeter os operários “à

vontade do capitalismo” pela fome, e “fazer o país regredir à condição abjeta de feitoria colonial mediante a entrega dos recursos básicos da economia nacional ao capitalismo internacional.” (WALSH, 2010, p. 70).

Evidencia-se no manifesto o nacionalismo a partir da denúncia da política que se implementava na Argentina pela Revolução Libertadora. Tal denúncia, no dizer de Walsh, era profética em 1956. O programa defendido por Valle e Tanco poderia ser inconsistente, mas sua justificativa tocou no ponto principal, a questão econômica, a política do capitalismo estrangeiro imposta ao país. A este ponto Walsh retoma ao comentar o sequestro e a execução de Aramburu, anos depois, apontando-o como um dos responsáveis pela situação política, econômica e social da Argentina nos anos subsequentes.

Como historiador, Walsh toma certa distância de seu objeto para analisá-lo e afirma que a compreensão da atitude de Valle é mais fácil naquele momento (da última edição) que dez anos antes, como o será ainda mais no futuro, quando o resultado das ações da Revolução Libertadora tornarem-se mais evidentes. Analisando o tempo presente, seu tempo, exerce crítica arguta, consciente de seu papel como intelectual, assumindo-o em uma construção heróica de si mesmo como ficcionista, personagem, investigador, historiador e jornalista.

## Referências Bibliográficas

BAYER, Osvaldo. “Rodolfo Walsh: tabú y mito”. In: WALSH, R. *Operación massacre*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1972.

BRIZUELA, Natalia. “Posfácio – Rodolfo Walsh entre a literatura e a política”. In: WALSH, R. *Operação massacre*. Trad. Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, Marieta de M. “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v-94, nº 3, p. III-124, mai/jun., 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PIGNA, Felipe. *Los mitos de la Historia Argentina 4: la Argentina peronista (1943-1955)*. Buenos Aires: Planeta, 2009.

SANTAYANA, Mauro. *Tragédia argentina: poder e violência de Rosas ao Peronismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WALSH, Rodolfo. *Operação massacre*. Trad. Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WOLF, Tom. *El nuevo periodismo*. Trad. José Luis Guarner. Barcelona: Anagrama, 1998.

### **Autora:**

Doutoranda em Letras Neolatinas, Literaturas Hispânicas (UFRJ), Mestre em Letras Neolatinas, Literaturas Hispânicas (UFRJ), Especialista em Língua Espanhola Instrumental para Leitura (UERJ), Graduada em Letras (UERJ) e História (UFRJ). Professora de Língua Espanhola e Língua Portuguesa no Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Jacareí). Realiza pesquisa sobre ficção e história.

Contato: [adrianaortega@ifsp.edu.br](mailto:adrianaortega@ifsp.edu.br)